



ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Mata - Unidade de Protocolo

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0021119/2024-53

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade **Mata**, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

| TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL | NÚMERO DO DOCUMENTO | UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO |
|---|-------------------------|---|
| Não passível | 2100.01.0021119/2024-53 | NAR Muriaé |
| 1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL | | |
| Nome: André Luis Caetano | | CPF/CNPJ: 451.018.256-20 |
| Endereço: Rua João Almada, N° 1.275 | | Bairro: Centro |
| Município: Astolfo Dutra | UF: MG | CEP: 36.780-000 |
| 2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL | | |
| Nome: André Luis Caetano | | CPF/CNPJ: 451.018.256-20 |
| Endereço: Rua João Almada, N° 1.275 | | Bairro: Centro |
| Município: Astolfo Dutra | UF: MG | CEP: 36.780-000 |
| 3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL | | |
| Denominação: Lote no perímetro urbano | | Área Total (ha): 0,0276 |
| Registro nº (se houver mais de um, citar todos): Mat. 19.529 | | Município/UF: Dona Euzébia /MG |
| Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): Não aplica | | |
| 4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA | | |
| Tipo de Intervenção | Quantidade | Un |

| | | |
|--|--------|----|
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | 0,0138 | ha |
|--|--------|----|

5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

| | | |
|-----------------------|---|-----------|
| Uso a ser dado à área | Especificação | Área (ha) |
| Infraestrutura | Construção de unidade residencial e muro de contenção | 0,0138 |

6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(s) ÁREA(s) AUTORIZADA (s) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

| | | | | |
|------------------------------|---------------|----------------------|------------------------------------|---------------|
| Bioma/Transição entre Biomas | Área (ha) | Fisionomia/Transição | Estágio Sucessional, quando couber | Área (ha) |
| Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |
| Total: | | | Total: | |

7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

| | | | |
|--------------------|---------------|---------------|---------------|
| Produto/Subproduto | Especificação | Quantidade | Unidade |
| Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica | Não se aplica |

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA

| |
|---------------------------------------|
| Nome: Marcelo Augusto Bordallo |
| MA SP: 1021290-0 |
| Data da Vistoria: 29/10/2024 |

9. VALIDADE

| | |
|--|--|
| Data de Emissão: 23/12/2024 | Observações: ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP. |
| Validade: 3 (três) anos | |
| <u>OU</u> De acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 217/2017 esta autorização só produzirá efeitos de posse do Licenciamento Ambiental Simplificado – LAS e sua validade será definida conforme a licença ambiental. | |

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

| Tipo de intervenção | Datum | Fuso | Coordenada Planta (UTM) | |
|--|-------------|------|-------------------------|------------|
| | | | X | Y |
| Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP | Sirgas 2000 | 23K | 727.045 | 7.641 .039 |

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)

| |
|--|
| Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras: |
|--|

Os impactos ambientais gerados ou possíveis de ocorrer durante a intervenção na época abrangem a área do empreendimento e seu entorno, afetando direta ou indiretamente o meio ambiente, sendo possível citar impactos sobre o recurso hídrico, com entrada de sedimentos e possível assoreamento com movimentação de solo, remoção da vegetação, diminuindo a retenção de água no solo devido à possível compactação e possibilitando início de processo erosivo. No caso de uso de maquinário, poderá haver emissão de poluentes no ar, no solo ou na água, além de ruídos. Não haverá impactos significativos na fauna e flora, pois não haverá supressão de vegetação nativa no local não ocorrendo espécimes raros ou ameaçados de extinção, e por ser o local já antropizado, a fauna silvestre é de pouca ocorrência. Como as instalações não estão prontas, podemos citar possíveis impactos em decorrência das atividades desenvolvidas com sua intervenção, que podem ser no solo, no ar, ou na água, através de lançamento de poluentes, gases tóxicos ou resíduos sólidos. Conforme verificado em análise de documentos apresentados e sendo proposto no PIA anexo podemos citar como medidas mitigadoras ações como destinação correta dos resíduos sólidos oriundos da obra em locais adequados, evitando que causem danos na APP; concentração da área ocupada com as instalações, evitando grande uso de áreas em APP, não suprimindo vegetação nativa e deixando a faixa não edificante de 12 m distante do rio Pomba; contenção da margem no período seco com instalação de muro, evitando erosão e assoreamento do rio; realizar o mínimo possível de terraplanagem com uso de máquinas, durante o período de estiagem, e depositando o excesso de solo solto afastado da margem do rio, evitando assim o risco de assoreamento no curso d'água; realizar as manutenções preventivas e uso de maquinários em bom estado de conservação, evitando contaminação e vazamento de óleos, graxa e combustível no solo e na água, assim como poluição atmosférica e sonora.

MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

Foi apresentada proposta de medida compensatória conforme PTRF anexo, sendo este aprovado, com ações de cercamento, isolamento do local e plantio de 15 mudas nativas e frutíferas, seguindo-se tratos culturais indicados no PTRF, devendo-se realizar este plantio no mesmo lote onde ocorrerá a intervenção, e na margem esquerda do rio Pomba, em APP. Assim deve-se executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 0,0138 ha, tendo como coordenadas de referência 727.037 x; 7.641.029 y e 727.044 x; 7.641.029 y (UTM, Sirgas 2000), na modalidade plantio, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo |
|------|--|----------------------------------|
| 1 | Como medida mitigadora destinação correta dos resíduos sólidos oriundos da obra em locais adequados, evitando que causem danos na APP. | Durante o período de intervenção |
| 2 | Como medida mitigadora concentração da área ocupada com as instalações, evitando grande uso de áreas em APP, não suprimindo vegetação nativa e deixando a faixa não edificante de 12 m distante do rio Pomba | Durante o período de intervenção |
| 3 | Como medida mitigadora contenção da margem no período seco com instalação de muro, evitando erosão e assoreamento do rio | Durante o período de intervenção |
| 4 | Como medida mitigadora realizar o mínimo possível de terraplanagem com uso de máquinas, durante o período de estiagem, e depositando o excesso de solo solto afastado da margem do rio, evitando assim o risco de assoreamento no curso d'água | Durante o período de intervenção |
| 5 | Como medida mitigadora realizar as manutenções preventivas e uso de maquinários em bom estado de conservação, evitando contaminação e vazamento de óleos, graxa e combustível no solo e na água, assim como poluição atmosférica e sonora. | Durante o período de intervenção |
| 6 | Cumprir como medida compensatória a execução de PTRF anexo, cercando, isolando e plantando 15 mudas na margem esquerda do rio Pomba local da intervenção, em área de 0,0138 ha, seguindo demais orientações e tratos culturais do PTRF. | 12 meses após a emissão da AIA |

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

12. OBSERVAÇÃO

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Dalyson Figueiredo Soares Cunha, Supervisor(a)**, em 26/12/2024, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **104451339** e o código CRC **CBE69957**.